

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
BACHARELADO EM ENFERMAGEM

MAYSA MIRANDA DA SILVA
RUTHYARA DE OLIVEIRA SILVA
TAMIRES RODRIGUES DA SILVA
THAINÁ CORREIA DA SILVA
VANESSA DA SILVA BARBOSA

**A COMUNICAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA DA ATENÇÃO
PRIMÁRIA COM O PACIENTE DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA:
Uma revisão da literatura**

RECIFE
2023

MAYSA MIRANDA DA SILVA
RUTHYARA DE OLIVEIRA SILVA
TAMIRES RODRIGUES DA SILVA
THAINÁ CORREIA DA SILVA
VANESSA DA SILVA BARBOSA

**A COMUNICAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA DA ATENÇÃO
PRIMÁRIA COM O PACIENTE DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA:
Uma revisão da literatura**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,
como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Enfermagem.

Professora Orientadora: Msc. Micheline Xavier

RECIFE
2023

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

C728 A comunicação do enfermeiro na assistência da atenção primária com o paciente de deficiência auditiva: uma revisão da literatura / Maysa Miranda da Silva [et al.]... - Recife: O Autor, 2023.

18 p.

Orientador(a): Msc. Micheline Xavier de Moura.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Enfermagem, 2023.

Inclui Referências.

1. Comunicação. 2. Assistência de enfermagem. 3. Paciente com deficiência auditiva. 4. Atenção primária. I. Silva, Maysa Miranda da. II. Silva, Ruthyara de Oliveira. III. Silva, Tamires Rodrigues da. IV. Silva, Thainá Correia da. V. Barbosa, Vanessa da Silva. VI. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. VII. Título.

CDU: 616-083

MAYSA MIRANDA DA SILVA
RUTHYARA DE OLIVEIRA SILVA
TAMIRES RODRIGUES DA SILVA
THAINÁ CORREIA DA SILVA
VANESSA DA SILVA BARBOSA

**A COMUNICAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA DA ATENÇÃO
PRIMÁRIA COM O PACIENTE DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA:
Uma revisão da literatura**

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Professor Orientador

Professor(a) Examinador(a)

Professor(a) Examinador(a)

Recife, _____ de _____ de 2023.

NOTA: _____

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	9
3 REVISÃO DA LITERATURA	10
3.1 A jurisdição do poder de Estado no curso acadêmico da linguagem em Libras..	11
3.2 Estratégias utilizadas do serviço de saúde pública para aprimorar o atendimento de deficiência auditiva pelo Enfermeiro.....	12
3.3 A comunicação da Enfermagem nas Rede de Atenção à Saúde com o paciente de deficiência auditiva.....	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS.....	19

**A COMUNICAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA DA ATENÇÃO
PRIMÁRIA COM O PACIENTE DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA:
Uma revisão da literatura**

Maysa Miranda da Silva¹
Ruthyara de Oliveira Silva¹
Tamires Rodrigues da Silva¹
Thainá Correia da Silva¹
Vanessa da Silva Barbosa¹
Micheline Xavier de Moura²

RESUMO

Diante das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência auditiva no acesso aos serviços de assistência à saúde e os obstáculos existentes no atendimento hospitalar destes pacientes em decorrência do desconhecimento por parte dos profissionais de saúde acerca da comunicação não verbal e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o presente estudo tem por objetivo identificar a importância do conhecimento na comunicação não verbal pelo Enfermeiro com foco na assistência ao paciente de deficiência/surdez auditiva, assim como, compreender as estratégias preconizadas que são concedidas ao SUS para a qualificar o profissional de enfermagem na atenção básica. Para isso, a metodologia utilizada foi a revisão integrativa da literatura realizada em pesquisas nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), como: LILACS; BDEF; Coleção SUS e SCIELO, onde foram selecionados 11 (onze) estudos, através dos quais se pode concluir que a dificuldade na comunicação entre o paciente com deficiência auditiva e o profissional de enfermagem é uma realidade tanto na saúde pública, quanto privada, de forma que o estudo da LIBRAS deveria ser uma disciplina obrigatória na graduação de enfermagem, e, enquanto isto não ocorre cabe aos profissionais a busca pela capacitação, a fim de que sejam supridas as lacunas na comunicação por hora existentes.

Palavras-chave: Comunicação. Assistência de enfermagem. Paciente com deficiência auditiva. Atenção primária.

¹ Aluna do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. E-mail:
Aluna do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. E-mail:
Aluna do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. E-mail:
Aluna do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. E-mail:
Aluna do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. E-mail:

² Professora do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. Mestre em Educação para o Ensino de Graduação na Área de Saúde. E-mail: micheline.xavier@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) apresentou últimos dados realizados no ano de 2021, nas Américas cerca de 217 milhões de pessoas são surdas ou tem algum grau perda auditiva e está relacionado aos países de baixa e média renda, incluindo o Brasil. E estima-se que, até o ano de 2050, uma em cada quatro pessoas, terá alguém com algum grau de perda auditiva, com uma estimativa de um número de 322 milhões de pessoas (BVS; MS, 2023).

É considerável acentuar que, do ponto de vista clínico do sistema auditivo, há a diferença do termo surdez da deficiência auditiva, é a profundidade da perda auditiva. As pessoas que têm perda profunda, não consegue obter nenhum tipo de sonoridade, são surdas. Já as pessoas em que são classificadas a perda auditiva leve ou moderada e têm parte da audição, estas são considerados deficientes auditivos (SOUSA; ANTONIETA, 2017; SANTOS *et al.*, 2021).

O sistema auditivo é constituído por uma estrutura sensorial e uma conexão central, que permite ao indivíduo captar o som do ambiente de forma variada e, uma vez que não há absorção desses estímulos se caracteriza em surdez/deficiência auditiva congênita ou adquirida (SOUSA; ANTONIETA, 2017).

Na surdez/deficiência auditiva congênita ocorre a anormalidade das estruturas anatômicas durante a vida intra-uterina, resultando no nascimento do recém-nascido com deficiência no sistema auditivo, tendo como principais as causas de comprometimento durante a gestação, com fatores a infecções congênitas, tais como: toxoplasmose; rubéola; HIV; dentre outras. Todavia, esta também pode advir de complicações no momento do parto. Enquanto a surdez/deficiência auditiva adquirida, pode ser provocada por diversas circunstâncias, tais como: patologias; envelhecimento natural da idade biológica ou exposição contínua a ruídos muito altos (SANTOS *et al.*, 2021).

A partir das questões elucidadas, na compreensão à conjuntura da deficiência auditiva, o Ministério da Saúde no intuito em incluir no serviço de saúde pública as pessoas com perda auditiva, implantou Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (PNASA) através da Portaria SAS/MS nº 587/04 com o objetivo de realizar a promoção; prevenção e o tratamento de saúde, através da Rede de Atenção à Saúde (RAS) da qual define à atenção básica; média e alta complexidade e sem qualquer

tipo de discriminação (PEITER.; SANTOS; LANZONI, 2019).

A PNASA ampliou os critérios técnicos para o funcionamento dos serviços; reorganização dos procedimentos no Sistema Único de Saúde (SUS). Estudos analisados no período de 2004 a 2011, pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), com enfoque na cobertura de serviços aos procedimentos diagnósticos em saúde auditiva, de média e alta complexidade por Região no Brasil. As pesquisas apresentaram um aumento de porcentagem em 113% na cobertura de serviços e 61% no quantitativo de procedimentos de diagnóstico em todo o país, entretanto, as regiões não estavam obtendo o atendimento por igualdade aos atendimentos disponíveis de procedimentos no SUS, sendo a região do Sudeste a região que apresenta a maior quantidade de procedimentos (SILVA; GONÇALVES; SOARES, 2014).

O Ministério da Saúde, observou a partir do número de atendimentos no país entre os anos de 2005 a 2011, as desigualdades regionais ofertadas aos serviços de saúde auditiva e buscou novas estratégias aos serviços de ações. No ano de 2011, com o Decreto nº 7.612, o SUS ampliou a rede de saúde a esse grupo por meio da criação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que veio com a finalidade de promover a integração com as pessoas que tenha deficiente física; auditiva intelectual; visual; ostomia e múltiplas deficiências pactuando com todos programas; ações; projetos e atividades implementadas pelo Ministério da Saúde (SILVA; GONÇALVES; SOARES, 2014).

Em 2012, a Portaria nº 793, institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS com os objetivos de expandir o acesso e qualificar o atendimento às pessoas com deficiência no SUS; de promover a vinculação das pessoas com deficiências e suas famílias aos pontos de atenção e de garantir a articulação e a integração das redes de saúde, qualificando o cuidado através do acolhimento e da classificação de risco (BRASIL; MS, 2012).

E, em 2014, por meio da Portaria nº 2.776, o SUS passou a incorporar procedimentos para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva e a dispor de próteses auditivas para implante através da intervenção cirúrgica, quando necessário. Assim como, o serviço passou a disponibilizar a manutenção e a reposição das mesmas (BRASIL; MS, 2014).

Atualmente, observando-se um panorama da pessoa surda ou com deficiência auditiva no Brasil, verifica-se que este tem apresentado números expressivos de indivíduos, cuja maior parcela concentra-se na Região Sudeste do país, com um percentual de 42% (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020).

E, de acordo com dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), no Brasil aproximadamente 10 milhões de pessoas apresentam alguma dificuldade em escutar, destas 2,7 milhões de pessoas não ouvem nada, o que corresponde a um percentual de 5% deste total. Já os adolescentes e jovens, na faixa etária de 12 a 35 anos de idade, com algum grau a deficiência auditiva são 3,5 milhões o que condiz uma porcentagem de 35%; e estima-se a existência do equivalente a 6,7 milhões de pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos que apresentam algum grau a deficiência auditiva, o que corresponde a um percentual de 67% (ALESP, 2021).

Estudos de Pereira e Saraiva (2017) apontam que o aumento da deficiência auditiva entre jovens, adultos e idosos se reflete no crescimento da demanda destes indivíduos nos serviços de saúde, e para que o acesso e o atendimento entre profissional de saúde e paciente ocorra é preciso haver uma comunicação esclarecida e objetiva para garantir a efetividade na assistência, e no que se refere a esse grupo de paciente a linguagem específica é a comunicação não verbal.

De acordo com estes autores, a comunicação não verbal é classificada como qualquer som produzido pelo aparelho fonador usado no processo comunicativo e que não faça parte do sistema sonoro da língua usada (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Nessa lógica, Marquete, Costa e Teston (2018) salientam que esta categoria de comunicação relaciona-se a qualquer outro tipo de expressão que não interliga a linguagem falada ou escrita, como: manifestações de comportamento expostas por expressões faciais; gestos; posturas corporais diante do outro e reflexo de sentimento refletido no comportamento corporal, que é denominada em linguagem cinésica.

Outros fatores da comunicação não verbal dizem respeito ao comportamento do toque; à organização do objeto no espaço; ao ritmo da conversa; e à distância na relação interpessoal com a outra pessoa, e esses tipos de ações são conhecidos em paralinguagem (MARQUETE; COSTA; TESTON, 2018).

No tocante ao serviço da atenção à saúde e a linguagem não verbal interligada ao atendimento, nota-se na assistência que o primeiro contato direto e com maior

assiduidade é com o profissional de Enfermagem, devido a este estar na linha de frente, por recebê-lo e dar os cuidados imediatos e, em seguida, encaminhar o paciente a equipe médica de acordo com a sua necessidade (PIETRA; APARECIDA, 2019).

Diante do exposto, justifica-se o interesse em realizar o estudo em questão, o qual tem por objetivo identificar através da revisão da literatura, a importância do conhecimento na comunicação não verbal pelo enfermeiro com foco na assistência ao paciente de deficiência/surdez auditiva, assim como, compreender as estratégias preconizadas que são concedidas ao SUS para qualificar o profissional na assistência de enfermagem na atenção básica. E, em paralelo, visando compreender o nível de conhecimento teórico da comunicação não verbal do Enfermeiro, empregado à prática na assistência à saúde.

Com este estudo espera-se alcançar o conhecimento do enfermeiro com foco na comunicação durante a assistência do paciente com perda/surdez auditiva no serviço do SUS e, com isso, anseia-se que os profissionais da área despertem maiores interesses sobre o tema, tornando a cada dia o processo de atendimento ao portador de deficiência auditiva mais eficaz.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura científica, método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática (SOUSA *et al.*, 2018).

O estudo de revisão integrativa da literatura de acordo com Sousa e colaboradores (2018), é realizado por meio de levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada pelo autor. O estudo se divide em seis etapas: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos dados; discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa.

Diante disso, a pesquisa foi conduzida com o propósito de responder a seguinte pergunta norteadora: “Como é utilizada a comunicação de profissionais de enfermagem com usuários com deficiência auditiva?”

Os critérios de inclusão adotados para escolha dos artigos foram: estudos publicados entre os anos de 2017 a 2022; artigos de revista científica eletrônica;

periódicos considerados elegíveis e completos nas bases de dados *online* e atendidos aos critérios da formulação da questão norteadora. Para os critérios de exclusão foram adotados: resultantes de publicações anteriores ao ano de 2017; publicações incompletas e disponível na plataforma virtual apenas com o resumo.

A pesquisa da coleta dos artigos foi feita através pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados da: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Base de dados em Enfermagem (BDENF), coleção SUS e também foi realizada a coleta de base de dados pela biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) Brasil, que foram escolhidas por apresentarem maior número de publicações correspondentes a temática proposta.

Na busca da amostra foram utilizados os descritores: “comunicação” “surdez” e “enfermagem” e a busca da amostra ocorreu através do operador lógico booleano “and”.

O presente artigo aconteceu conforme as considerações dos princípios ético-legais da associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e não foi necessário submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por se tratar de uma pesquisa de revisão literária.

Para dar sustentação teórica, na seção da discussão dos resultados deste estudo e para o objetivo almejado foi realizada uma revisão narrativa da literatura abordando os principais assuntos da presente temática.

E a análise do levantamento dos dados, no capítulo dos resultados e discussão, foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, fontes secundárias e baseado na experiência vivenciada pelos autores por ocasião da realização de uma revisão sistemática através de artigos publicados.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A presente seção apresenta a regulamentação do ensino de Libras, no decreto do curso de saúde superior e sobre os planos de ações aos profissionais oferecida pelo SUS, para acessibilidade ao atendimento com o paciente de deficiência auditiva.

3.1 A jurisdição do poder de Estado no curso acadêmico da linguagem em Libras

O Decreto nº 5.626/2005 determina o ensino da comunicação Libras como disciplina curricular obrigatória, tanto nos estabelecimentos de ensino público quanto privado para os cursos de licenciatura que trabalham com a formação de professores de nível médio, magistério e superior. Ademais, os profissionais de fonoaudiologia devem ter tal disciplina como obrigatória, sendo que aos demais cursos constituirá como componente do processo de formação optativo (GONÇALVES; SILVIANO, 2019).

Observa-se que a legislação não inclui o conhecimento técnico da linguagem em Libras, como requisito obrigatório para a formação do profissional de saúde de outras categorias de curso superior e técnico. Lastimosamente, o ensino de Libras na graduação de Enfermagem somente foi introduzido na matriz curricular de forma optativa, a partir do ano de 2010 (GONÇALVES; SILVIANO, 2019).

Sobre a profissão do enfermeiro e suas atribuições, entende-se que este é um agente transformador da realidade e que deve ter um olhar holístico na combinação de conhecimento interpessoal na dimensão biopsicossocial, assim como, os conhecimentos científicos das intervenções práticas de saúde sob os processos da base na Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE) (GONÇALVES; SILVIANO, 2019).

Com base nessa premissa, o enfermeiro torna-se o articulador central nas ações da equipe de saúde, verificando os problemas e desenvolvendo o pensamento crítico para encontrar a solução, através do planejamento, do direcionamento e da organização dentro dos princípios éticos da profissão (NÓBREGA; MUNGUBA; PONTES, 2017).

Neste ponto, importante observação é feita por Nascimento, Oliveira e Oliveira (2020), os quais chamam a atenção para o fato de que a conduta do enfermeiro deve ser de acolhimento no estabelecimento de relações entre os profissionais e as pessoas que procuram os serviços de saúde, tornando-se aspecto importante para que ocorra o vínculo, contribuindo para a resolubilidade do problema.

Pautados nestas as reflexões corroboram Marquete, Costa e Teston, (2018) ao afirmarem que o atendimento deve ser igualitário e que todo cidadão tem direito à saúde e acesso a todos os serviços de saúde.

Posto isto, considerando o atendimento com paciente de deficiência auditiva, Nóbrega, Munguba e Pontes (2017) apontam para a importância na formação acadêmica do enfermeiro, no curso de graduação, em conter no histórico curricular como obrigatório, o ensino Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), visando à capacitação do conhecimento à comunicação não verbal para um atendimento de fortalecimento dos mecanismos de informação na assistência à saúde.

3.2 Estratégias utilizadas do serviço de saúde pública para aprimorar o atendimento de deficiência auditiva pelo Enfermeiro

O SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, têm o dever de prestar atendimento às pessoas surdas com profissionais capacitados, através da linguagem não verbal no uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou para sua tradução e interpretação. E quanto ao apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS, deve dispor o ensinamento da Libras (PEREIRA *et al.*, 2020).

À luz do pensamento de Pereira *et al* (2020) o paciente surdo para ter a sua saúde preservada precisa de um profissional que o compreenda, e que seja capaz de estabelecer uma comunicação objetiva. Neste fundamento, nota-se que o paciente tem o direito de ser assistido de forma integral, sendo amparado pela rede de acesso à saúde. Dessa maneira, a comunicação do profissional Enfermeiro precisa ser efetiva e a sua capacitação básica em LIBRAS é imprescindível para o atendimento desse paciente, visando a autonomia em seus cuidados em saúde.

Marquete, Costa e Teston (2018) apontam a comunicação em relação ao serviço de saúde entre o profissional e o paciente no atendimento como instrumento determinante da qualidade e da segurança. Assim, deve-se garantir a educação permanente na assistência para que o profissional esteja preparado e capacitado em ofertar um atendimento estruturado por informações, com vistas a diminuição dos riscos e favorecimento de uma maior segurança e qualidade na saúde, sem gerar danos ao paciente.

Para a transformação dos métodos educacionais no serviço público, estudos de Santos (2019) mostram a existência de uma legislação prevendo o atendimento diferenciado e compatível com as necessidades das pessoas com deficiência auditiva,

conforme estabelecido no Decreto nº 9.656/2018. Além disso, o Código de Ética do Profissional Enfermeiro, no artigo 6º, estabelece que o enfermeiro tem o direito de aprimorar sua capacitação e conhecimentos essenciais à sua prática profissional.

Nesses termos, o preparo desses profissionais torna-se uma necessidade a ser utilizada a nível institucional, sendo obrigação da gestão pública dos serviços de saúde oferecer os meios, recursos e/ou incentivos para facilitar o acesso à qualificação requerida para o trabalho, tendo por foco as necessidades singulares dos deficientes auditivos (SANTOS, 2019).

Sob esse prisma, o Sistema Único de Saúde (SUS) na idealização das ações na saúde auditiva para à inclusão aos direitos do acesso integral à população de deficiência auditiva, buscou ampliar a qualificação no atendimento aos profissionais da saúde, em especial, o Enfermeiro por ser responsável referentes à implementação as atividades de gerenciamentos; assistências e ações educativas no setor (SANTOS, 2019).

Considerando o atendimento ao paciente com deficiência auditiva, o serviço de atendimento ao paciente no SUS, implantou o fortalecimento do profissional de saúde na organização e funcionamento dos serviços de atenção, através da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), entende-se a um método de educação em aprender fazendo no processo inclusivo do trabalho. Ou seja, implanta-se esse método de educação dentro do ambiente do serviço de saúde para a reorganização do trabalho, já que este conhecimento é um valor necessário para a ação a mudança da organização e do exercício da atenção nas equipes de saúde dos trabalhadores (PERREIRA, 2018).

Nesse cenário, os serviços de saúde pública, instituiu a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) que foi criada no ano de 2010, para atender as esferas municipais e estaduais, para contribuir com a integração ensino-serviço na área de atenção à saúde e, assim, colaborando para as desigualdades entre as diferentes regiões do país (BRASIL, 2023).

Esses projetos têm o propósito em fomentar mudanças de estratégias nas dinâmicas institucionais aos profissionais de saúde e no que se configura a Enfermagem no desenvolvimento de práticas assistenciais; habilidades; instrumentos; técnicas; capacidade e competência para oferecer melhores condições de comunicação, o intuito é transparecer segurança e confiança no profissional quem o

atende (MACHADO; WANDERLEY, 2023).

A vista dessa perspectiva, em relação a facilitação da comunicação entre o profissional e o paciente à deficiência auditiva, a educação permanente, direciona-se para os profissionais de saúde na aprendizagem gestual de Libras, dispondo para que o paciente se sinta seguro no atendimento. Sob esse olhar inovador do enfermeiro junto a equipe, dispõe da aquisição de habilidades; autoconfiança; crescimento profissional e incentivo ao desempenho das habilidades técnicas de cada profissional da linguagem não verbal; conhecimento da ética profissional para que seja um atendimento pessoa com deficiência auditiva de conversação esclarecedora, sem que remeta ambiguidade nas palavras (SILVA *et al.*, 2022)..

Visto também a postura do tratamento individualizado; reflexão de estudos sobre o respeito às diferenças e diversidades; a compreensão do que a empatia, sob o olhar, em compreender a inquietação da experiência relatada pelo outro, com uma postura de abertura a compreensão de ouvir e refletir os anseios comportamentais do outro (SILVA *et al.*, 2022).

Com as questões supramencionadas nota-se que os investimentos nas políticas em saúde vista nos estudos Thomaz *et al* (2019), são métodos de aprendizados direcionado ao Enfermeiro para adquirir do conhecimento científico à criatividade, como meta desse público de paciente sentir-se acolhido no serviço de saúde.

3.3 A comunicação da Enfermagem nas Rede de Atenção à Saúde com o paciente de deficiência auditiva

Nesse ambiente, o acesso do paciente com deficiência auditiva deve ser garantido através de profissionais capacitados ou de um intérprete de Libras para o devido auxílio no momento do atendimento. Assim, garante-se o cumprimento dos direitos conquistados pelos deficientes auditivos, descritos em diversas legislações sobre o assunto, que prevê uma organização das unidades de saúde para esse atendimento (FRANCA; SILVA, 2018).

Assim, é importante promover ao portador de deficiência auditiva ações de promoção e de prevenção em todos os níveis de atenção à saúde, por intermédio de equipe multiprofissional, com o direito de utiliza-se de métodos e técnicas terapêuticas

específicas (OLINO *et al.*, 2019). A Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, em seu artigo 1º, trata dos tipos de atendimentos respectivos aos níveis de complexidade da Rede Atenção à Saúde (RAS) (PIETRA; APARECIDA, 2019).

No que se refere à rede de atenção à saúde, o enfermeiro deve realizar ações de caráter individual e/ou coletivo, voltadas para a promoção da saúde auditiva, para a prevenção e para a identificação precoce dos problemas auditivos, bem como ações informativas, educativas e de orientação familiar (ARAÚJO, 2019).

O enfermeiro tem como função incentivar as inovações, como é o caso da confecção de manuais práticos com sinais em LIBRAS no contexto da saúde. Neste sentido, Silva *et al.* (2022) propõem também a utilização da comunicação por meio de mensagens, a qual pode ser transmitida através de materiais ilustrativos, como pôsteres; cartazes; mensagens por meio tecnológicos móveis, como forma de facilitar a comunicação de ouvintes com pessoas com deficiência auditiva.

Além destas ferramentas providas no serviço de saúde pública, é de suma importância, a equipe de enfermagem, não se limitar a compreensão da qualidade de atendimento à inclusão a estes pacientes, mas também as unidades de atenção à saúde primária como sendo a porta de entrada do usuário ao serviço de saúde, dispor à população de palestras educativas e políticas públicas voltadas para este contexto e divulgação do alfabeto dos surdos ajudam no conhecimento deste tipo de deficiência (SANTOS *et al.*, 2021).

Na atenção de saúde de alta complexidade, constitui-se referência para o diagnóstico das perdas auditivas e sua reabilitação em crianças até três anos de idade e em pacientes com afecções associadas as perdas unilaterais e daqueles que apresentarem dificuldade na realização da avaliação audiológica em serviço de menor complexidade (GONÇALVES; SILVIANO, 2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final das buscas, foram encontrados 11 (onze) artigos nas bases de dados citadas anteriormente e que se encaixavam com os critérios de inclusão estabelecidos para esta pesquisa. Todos eles serão descritos de forma clara e objetiva na tabela abaixo conforme: autor, ano de publicação, título, objetivo e principais achados.

Tabela 1 – Artigos selecionados de acordo com autoria, ano de publicação, título, objetivos e principais achados (Continua).

Autor/ano	Título	Objetivo	Principais achados
Brooks, Eckerli-Wäspi, Händler Schuster (2018)	In hospital with a hearing impaired child-How parents experience communication between nurses and their child.	investigar as necessidades comunicativas das crianças, a fim de evitar consequências negativas de uma hospitalização e de uma comunicação inadequada por parte da equipe de enfermagem.	Mostrou que a equipe de enfermagem tinha pouco tempo, que não havia continuidade e que as necessidades comunicativas da criança não eram reconhecidas.
Costa <i>et al</i> (2018)	Acolher e escutar o silêncio: o cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher surda durante a gestação, parto e puerpério.	Identificar a percepção da mulher surda quanto aos cuidados de enfermagem durante a gestação, o parto e o puerpério.	Quando se tem uma dificuldade na comunicação entre enfermeiro e paciente, cria-se uma barreira entre eles.
Kushalnagar, Engelman e Sadler (2018)	Deaf Patient-Provider Communication and Lung Cancer Screening: Health Information National Trends Survey in American Sign Language (HINTS-ASL).	Avaliar se o modo de comunicação do paciente com o médico estava associado à probabilidade de surdos fumantes perguntarem sobre o rastreamento do câncer de pulmão.	Quando se tem uma comunicação bem-sucedida entre o profissional e um paciente surdo se constrói uma ótima relação.
Ruesch (2018)	Exploring an educational assessment tool to measure registered nurses' knowledge of hearing impairment and effective communication strategies: A USA study.	Identificar os déficits de conhecimento a serem abordados em um programa de treinamento de habilidades de comunicação.	Foi visto que existe um déficit de conhecimento em relação a deficiência auditiva e estratégias de comunicação entre os enfermeiros
Soares <i>et al</i> (2018)	Como eu falo com você? a comunicação do enfermeiro com o usuário surdo.	Descrever os saberes e as práticas de profissionais enfermeiros da atenção básica na assistência do usuário surdo.	Mesmo que os profissionais não tenham domínio da Libras, eles podem, e conseguem, estabelecer alguma comunicação com os usuários.
Marquete <i>et al.</i> (2019)	Desafios do cuidado a pessoas surdas vivenciados por familiares ouvintes: estudo exploratório.	Identificar as dificuldades vivenciadas por familiares ouvintes no cuidado à saúde de pessoas surdas.	Devido à ausência de profissionais que se comuniquem em Libras, os familiares que não se comunicam em Libras o cuidado a saúde é comprometido, gerando sentimento de insegurança.
Sanches <i>et al</i> (2019)	O papel do enfermeiro frente ao paciente surdo.	Sensibilizar sobre o papel do enfermeiro no atendimento ao surdo e para a importância do uso da linguagem de sinais em seu campo de atuação.	Os estudantes de enfermagem mostram-se atenciosos em relação ao tema e que necessita-se que os profissionais habilitados e atualizados para atender essa população.

Tabela 1 – Artigos selecionados de acordo com autoria, ano de publicação, título, objetivos e principais achados (Continuação).

Autor/ano	Título	Objetivo	Principais achados
Thomaz <i>et al</i> (2019)	Acessibilidade do adolescente com deficiência auditiva aos serviços de saúde.	Identificar a perspectiva do cuidador familiar acerca das facilidades e dificuldades no acesso do adolescente com deficiência auditiva aos serviços de saúde.	O desconhecimento dos profissionais acerca de Libras gera distanciamento com o paciente.
Bernardo <i>et al</i> (2021)	Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda.	Compreender as potências e os limites no cotidiano da formação dos estudantes de graduação no cuidado à saúde da pessoa surda.	Ausência da comunicação efetiva, a necessidade de algum acompanhante para fazer a intermediação e o despreparo dos profissionais prejudica o vínculo profissional/pessoa surda.
D'ávila (2021)	Os cuidados de enfermagem e a comunicação com deficientes auditivos.	Conscientizar os profissionais e fazê-los buscar capacitação para poder atender a população surda.	É necessário que o profissional queira investir e aperfeiçoar a comunicação não verbal para que possa lidar com casos que possam precisar.
Nepomuceno <i>et al</i> (2022)	Assistência de enfermagem a uma paciente surda hospitalizada: relato reflexivo de uma experiência.	Relatar experiência vivenciada por internos de enfermagem no seu processo prático de formação a assistência de enfermagem a uma paciente surda hospitalizada.	Quando, numa equipe, ninguém consegue se comunicar em libras torna o trabalho bem mais difícil quando se encontra uma pessoa que necessita dessa língua.

As pessoas com deficiência auditiva utilizam da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sendo ela fundamental para sua comunicação. A utilização da Libras é de suma importância para que ocorra orientação, troca de experiência, educação e cuidado com a saúde de maneira eficiente. Por isso, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece que os serviços de saúde devem dispor de profissionais capacitados para executarem assistência aos surdos (MARQUETE *et al*, 2019).

De acordo com a própria Constituição Federal o acesso à saúde é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, mas levando em consideração que a disciplina de Libras ainda não é obrigatória nos cursos da área de saúde, esse direito se torna mais difícil de ser concretizado com eficácia. É necessário que os profissionais da área de saúde aprendam e desenvolvam habilidades de comunicação gestual e visual (NEPOMUCENO *et al*, 2022; SANCHES *et al*, 2019).

Os familiares destacam a importância de saber Libras para conseguir se comunicar com seus parentes, mas muitas vezes ainda se tem dificuldade na comunicação mesmo dentro de casa. Para os familiares que buscam precocemente o

curso de Libras acabam tendo mais facilidade na comunicação já que acaba aprendendo juntamente com a pessoa com a deficiência, então acaba sendo algo natural (MARQUETE *et al*, 2019).

Thomaz *et al* (2022) mostra que além das dificuldades que a população em geral passa, como a falta de profissional e demora no atendimento, a pessoa com deficiência auditiva passa por preconceito e indiferença. A surdez é vista, ainda, como debilitação e adoecimento, isso devido à falta de conhecimento da população e preparo dos profissionais.

Nepomuceno *et al* (2022) mostrou no relato de experiência que quando, numa equipe, se ninguém consegue se comunicar em Libras isso torna o trabalho mais difícil quando se encontra uma pessoa que necessita dessa língua. Usa-se gestos para tentar manter uma comunicação básica, mas ainda assim não é tão eficiente. Além dos profissionais não saberem, a própria família as vezes não sabe também, o que dificulta ainda mais a comunicação com o paciente.

É muito importante a comunicação no ambiente hospitalar, principalmente entre o enfermeiro e o paciente, já que esse profissional está mais perto para acolher. E foi visto que se tem dificuldade nessa comunicação criando uma barreira entre o profissional e o cliente, pela falta de um intérprete e, principalmente, pelo despreparo do enfermeiro quanto ao uso da Libras (COSTA *et al*, 2018; BROOKS; ECKERLI-WÄSPI; HÄNDLER-SCHUSTER, 2018; RUESCH, 2018).

Um estudo feito com 20 enfermeiros que atuavam na Estratégia Saúde da Família (ESF) no Estado de Alagoas, mostrou que todos os participantes não tinham domínio da Libras. Alguns verbalizaram que já tinham entrado em contato com a língua antes, mas muito superficialmente e por conta disso a comunicação com o paciente surdo tinha que acontecer de outras formas, como escrita (SOARES *et al*, 2018).

Quando se tem uma comunicação bem-sucedida entre o profissional e um paciente surdo se constrói uma ótima relação, devido ao compromisso e respeito gerados. Essa relação é benéfica para ambos, pois o paciente consegue criar um nível de confiança fazendo com que o profissional consiga passar todas as informações corretamente e tendo a certeza de que as informações vão ser entendidas e cumpridas (KUSHALNAGAR *et al*, 2018).

Conseguir se comunicar em Libras é essencial para que se tenha uma

aproximação como já foi mostrado nos outros artigos, mas esse interesse com a língua deve partir, geralmente, do próprio profissional, para que ele possa se capacitar. Mas mesmo que a comunicação em libras não seja fluente, em muitos momentos se usa gestos e mímicas, ou até mesmo a escrita para conseguir se comunicar e tornar a informação acessível. Mesmo assim, deve partir do profissional essa busca (D'ÁVILA, 2021; BERNARDO *et al*, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo foi possível concluir que a dificuldade na comunicação entre o paciente com deficiência auditiva e o profissional de enfermagem existe e está presente em todos os níveis da saúde pública e privada. Foi notório a concordância da existência dessa dificuldade em todos os artigos utilizados nessa pesquisa.

Visto que a Língua Brasileira de Sinais não é uma disciplina obrigatória no curso de enfermagem, após o término da graduação os primeiros contatos com uma pessoa surda pode ser difícil devido a falta de experiência e qualificação. Por isso essa disciplina deveria entrar com obrigatória na grade curricular, para que os profissionais já saiam da faculdade aptos para atender essa parcela da população.

Além disso, deve vim, também, dos profissionais a procura pela capacitação já que não ocorreu durante a graduação, isso é importante, pois mostra o interesse da classe em dar assistência ao máximo de pessoas possíveis. Se levar em conta que a educação em saúde é muito importante, pois se conseguir passar para uma pessoa com deficiência auditiva e esta passar para outras, a cadeia da educação consegue ser eficaz.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. A. S. **Saúde auditiva na atenção básica**: revisão integrativa. 2019. 66p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) – Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://repositorio.esp.mg.gov.br:8080/xmloi/bitstream/handle/123456789/335/TCC%20Fabr%c3%adcia%20Adrielle%20Silva%20de%20Ara%c3%bajo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 mai. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). **Dia Internacional da Linguagem de Sinais procura promover a inclusão de pessoas**

surdas. 23/09/2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?23/09/2021/dia-internacional-da-linguagem-de-sinais-procura-promover-a-inclusao-de-pessoas-surdas-#:~:text=No%20pa%C3%ADs%2C%20cerca%20de%205,7%20milh%C3%B5es%20n%C3%A3o%20ouvem%20nada>. Acesso em: 09 mai. 2023.

BERNARDO, L. A.; THOLL, A. D.; NITSCHKE, R. G.; VIEGAS, S. M. F.; SCHOELLER, S. D.; *et al.* Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda. **Esc. Anna Nery**, v. 25, n. 3, e20200341, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/PQmMcdxKgnsCWn3pFPgsm4n/?lang=pt>. Acesso em: 09 mai. 2023.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE (BVS). MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Cuidados com os ouvidos e com a audição para todos – vamos torná-los realidade”**: 03/3 – Dia Mundial da Audição. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/cuidados-com-os-ouvidos-e-com-a-audicao-para-todos-vamos-torna-los-realidade-03-3-dia-mundial-da-audicao/>. Acesso em: 09 mai. 2023.

BRASIL. **Conheça a UNA-SUS.** Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/institucional/unasus>. Acesso em: 09 mai. 2023.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.776**, de 18 de dezembro de 2014. Aprova diretrizes gerais, amplia e incorpora procedimentos para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2776_18_12_2014.html. Acesso em: 09 mai. 2023.

_____. _____. **Portaria nº 793**, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html. Acesso em: 09 mai. 2023.

BROOKS, S.; ECKERLI-WÄSPI, I; HÄNDLER SCHUSTER, D. In hospital with a hearing impaired child-How parents experience communication between nurses and their child. **Pflege**, v. 31, n. 2, p. 63-73, 2018. Disponível em: <https://europepmc.org/article/med/29350077>. Acesso em: 09 mai. 2023.

COSTA, A.C.; VOGT, S. E.; RUAS, E. D. F. G.; HOLZMANN, A. P. F.; SILVA, P. L. N. Acolher e escutar o silêncio: o cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher surda durante a gestação, parto e puerpério. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 10, n. 1, p. 123-129, 2018.

D'ÁVILA, L. R. T. Os cuidados de enfermagem e a comunicação com deficientes auditivos. 2021, 13fls. Relatório Técnico Científico (Curso Técnico de Enfermagem) - Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde da Escola Técnica GHC. Porto Alegre; 2021. Disponível em <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/04/1367494/tcc-lidiane-torquato-davila.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2023.

FRANCA, N. G. G. M; SILVA, R. G. Percepção de enfermeiros sobre a comunicação no atendimento à pessoa com deficiência auditiva. **Revista Brasileira de Ciências**

da Vida, v. 6, n. 3, 2018. Disponível em: <http://jornalold.faculdadecienciasdavid a.com.br/index.php/RBCV/article/view/655>. Acesso em: 09 mai. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Novembro Laranja**: SES faz alerta sobre a saúde auditiva. 10/11/2020. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2020/11/novembro-laranja-ses-faz-alerta-sobre-a-saude-auditiva>. Acesso em: 23 jan. 2023.

KUSHALNAGAR, P.; ENGELMAN, A.; SADLER, G. Deaf patient-provider communication and lung cancer screening: Health Information National Trends survey in American Sign Language (HINTS-ASL). **Patient education and counseling**, v. 101, n. 7, p. 1232-1239, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29548598/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MACHADO, A. G. M.; WANDERLEY, L. C. S. Educação em Saúde. **Especialização em Saúde da Família**, São Paulo: UNA-SUS; UNIFESP. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade09/unidade09.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

MARQUETE, V. F.; COSTA, M. A. R.; TESTON, E. F. Comunicação com deficientes auditivos na ótica de profissionais de saúde. **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador-BA, v. 32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/24055/15704>. Acesso em: 13 mai. 2023.

MARQUETE, V. F.; TESTON, E. F.; REBECA, R. S.; VIEIRA, V. C. L.; FISCHER, M. M. J. B. *et al.* Desafios do cuidado a pessoas surdas vivenciados por familiares ouvintes: estudo exploratório. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 18, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/c9764d91fe9a83227472f845b0bbe14c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2030048>. Acesso em: 13 mai. 2023.

NASCIMENTO, B. D.; OLIVEIRA, D. S.; OLIVEIRA, T. L. Tenho um paciente surdo, e agora? Guia de atendimento e anamnese em acolhimento de enfermagem. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 4, p.10470-10482 jul./ago. 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/15593/12823>. Acesso em: 08 mai. 2023.

NEPOMUCENO, S. R.; PAIVA, J. S.; LIMA, H. F.; BEZERRA, B. H.; NOGUEIRA, V. T. F.; *et al.* Assistência de enfermagem a uma paciente surda hospitalizada: relato reflexivo de uma experiência. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 96, n. 38, 2022. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1349>. Acesso em: 08 mai. 2023.

NÓBREGA, J. D.; MUNGUBA, M. C.; PONTES, R. J. S. Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. **Revista Brasileira em Prolação da Saúde**, Fortaleza – CE, v. 30, n. 3, p. 8, 2017. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/6176/pdf>. Acesso em: 08 mai. 2023.

OLINO, L.; GONÇALVES, A. C.; STRADA, J. K. R.; VIEIRA, L. B. Comunicação

efetiva para a segurança do paciente: nota de transferência e Modified Early Warning Score. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre-RS, v. 40, n. 43, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332852338> _Comunicacao_efetiva_para_a_seguranca_do_paciente_nota_de_transferencia_e_Modified_Early_Warning_Score. Acesso em: 08 mai. 2023.

PEITER, C. C.; SANTOS, J. L. G.; LANZONI, G. M. M. Redes de atenção à saúde: tendências da produção de conhecimento no Brasil. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro-RJ, v. 23, n. 01, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/8V3GKbxjSp3VdpbR3s78HDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 mai. 2023.

PEREIRA, A. A. C.; PASSARIN, N. P.; NISHIDA, F. S.; GARCEZ, V. F. “Meu sonho é ser compreendido”: uma análise da interação médico-paciente surdo durante assistência à saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, DF, v. 44, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/jWsw9bn6YC8Lj3C6Wxp48LB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 mai. 2023.

PEREIRA, J. A.; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **Revista Ser Social**. Brasília-DF, v. 19, n. 40, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677/12981. Acesso em: 08 mai. 2023.

PEREIRA, L. D.; SILVA, K. L.; ANDRADE, M. F. L. B.; CARDOSO, A. L. F. Educação permanente em saúde: uma prática possível. *Rev enferm UFPE on line.*, v. 12, n. 5, p. 1469-79, maio., 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revista_enfermagem/article/viewFile/231116/29010. Acesso em: 08 mai. 2023.

PIETRA, O. Y.; APARECIDA, Q. G. O papel do Enfermeiro frente a assistência ao surdo: A área da saúde como fator de inclusão. **Revista Científica Eletrônica de Ciências da Fait**. Garça-SP, v. 08, n. 01, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/eg8dGshg207AbY6_2020-6-18-13-27-42.pdf. Acesso em: 08 mai. 2023.

RUESCH, A. L. Exploring an educational assessment tool to measure registered nurses' knowledge of hearing impairment and effective communication strategies: A USA study. **Nurse education in practice**, v. 28, p. 144-149, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29096117/>. Acesso em: 08 mai. 2023

SANCHES, I. C. B.; BISPO, L. P.; SANTOS, C. H. S.; FRANÇA, L. S.; VIEIRA, S. N. S. O papel do enfermeiro frente ao paciente surdo. **Rev Enferm UFPE on line.**, Recife, v. 13, n. 3, p 858-862, mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/238964/31596>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SANTOS, A. K. S.; SANTOS, L. P. S.; FARIA, M. G. A.; BRANDÃO, P. S.; THIENGO, P. C. S; *et al.* Cuidado às pessoas com deficiência auditiva sob o olhar do enfermeiro de família. **Revista Enfermería: Cuidados Humanizados**, Uruguai, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S2393-66062021000200089&script=sci_arttext. Acesso em: 08 mai. 2023.

SANTOS, M. S. Comunicação em libras como possibilidade para assistência à saúde: o encontro enfermeiro-paciente surdo do município de Humaitá – AM. 2019, 97fls. Dissertação (Mestrado em Saúde e Educação) – Universidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unaerp.br/bitstream/handle/12345/217/00000830.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SILVA, B. L. D.; CAMPOS, M. S. M. S.; COSTA, P. L. F.; FREITAS, V. L. A comunicação na enfermagem durante a assistência ao paciente com deficiência auditiva: uma revisão integrativa. **Revista Research, Society And Development**. Brasília-DF, v.11, n. 9, 2022. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjHrryEtsv7AhUVDdQKHVHbAa4QFn0ECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Frsdjournal.org%2Findex.php%2Frsd%2Farticle%2Fdownload%2F32176%2F27263%2F362289&usg=AOvVaw2_JzIbrEo0-6OmEJbGHRHn. Acesso em: 08 mai. 2023.

SILVA, Luciana Santos Gerosino, GONÇALVES, Cláudia Giglio de Oliveira, SOARES, Vânia Muniz Néquer. Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva: um estudo avaliativo a partir da cobertura de serviços e procedimentos diagnósticos. *CoDAS*, v. 26, n. 3, p. 241-7, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/VHvCCzzY6RJMhwPqXnGF54R/?lang=pt> 08 mai. 2023.

SOARES, I. P.; LIMA, E. M. M.; SANTOS, A. C. M.; FERREIRA, C. B. Como eu falo com você? a comunicação do enfermeiro como usuário surdo. **Rev. baiana enferm.**, Salvador-BA, v. 32, e25978, 2018. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502018000100334. Acesso em: 08 mai. 2023.

SOARES, I. P.; LIMA, E. M. M.; SANTOS, A. C. M.; FERREIRA, C. B. Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25978>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SOUSA, A. C.; FIRMINI, C. F.; MARQUES-VIEIRA, C. M. A.; SEVERINO, S. S. P.; PESTANA, H. C. F. C. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação**, Lisboa, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjHjICno7b7AhUZrJUCHSFIBjoQFnoECAsQAQ&url=https%3A%2F%2Fcore.ac.uk%2Fdownload%2Fpdf%2F232112845.pdf&usg=AOvVaw1nM-LTMUtA7-7WHg5uF95X>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SOUSA, E. M.; ANTONIETA, M. A. P. T. Atendimento ao surdo na atenção básica: perspectiva da equipe multidisciplinar. **Revista Multidisciplinar e Psicologia**, v.10, n. 33, Juazeiro do Norte-CE, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/589>_Acesso em: 08 mai. 2023.

THOMAZ, M. M.; MILBRATH, V. M.; GABATZ, R. I. B.; FREITAG, V. L. VAZ, J. C. Acessibilidade do adolescente com deficiência auditiva aos serviços de saúde.

Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 21, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/55502>. Acesso em: 08 mai. 2023.